

QUILOMBO SOUZA: PATRIMÔNIO CULTURAL DE BELO HORIZONTE

QUILOMBO
SOUZA: BELO HORIZONTE CULTURAL
HERITAGE

Recibido: 15.01.2021
Aprobado: 10.02.2021

Marco Antônio Silva
marco.a.silva@pbh.gov.br
<https://orcid.org/0000-0001-5032-3711>
Escola de Bellas Artes - Universidad Federal de Minas Gerais, Brasil

A abordagem e reflexões sobre o Patrimônio Cultural Imaterial e, sobretudo, o debate sobre o Patrimônio Cultural latino-americano proporcionados pelos encontros promovidos pela disciplina em epígrafe, proporcionaram uma potente e enriquecedora experiência formativa subsidiando diretamente a minha atuação profissional como professor e historiador. Paralelamente ao desenvolvimento da disciplina, fui designado pesquisador responsável pela elaboração de um dossiê sobre a história *Quilombo Souza* (uma comunidade tradicional) para oferecer subsídios para os membros do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH) decidirem se esta deveria ou não receber o título de Patrimônio Cultural da cidade de Belo Horizonte. Descreverei sucintamente alguns aspectos da história desta Comunidade.

A família Souza é uma comunidade quilombola fundada há aproximadamente um século na região do atual bairro de Santa Tereza em Belo Horizonte, pelo casal Petronillo e Elisa de Souza que vieram do interior de Minas Gerais em busca de melhores condições de vida na capital. Índícios históricos apontam que possivelmente o Sr. Petronillo (1879-1920) fora um escravizado, mesmo tendo nascido após a promulgação da Lei do Ventre Livre. Esta lei de 1871 determinava que filhos de escravos nascidos após essa data fossem considerados livres.

É muito improvável que Petronillo tenha sido uma criança livre do trabalho cativo. Sua mãe era escravizada na fazenda de Joaquim Breves, na cidade de Além Paraíba, indivíduo dotado de uma postura conservadora diante do iminente fim da escravidão no Brasil. Postura distinta a de outros fazendeiros, sobretudo do oeste paulista, que passaram a investir em mão-de-obra livre na segunda metade do século XIX

Joaquim começara tarde demais a diversificar suas atividades, e em grau muito inferior ao que seu irmão fizera uma década antes. Preferira assegurar

sua fortuna nas diversas fazendas e escravarias espalhadas pelo sul da província fluminense. Afinal, ainda na Ordem escravista, eram estes os elementos que lhe garantiam prestígio e diferenciação social. (LOURENÇO, 2010, p. 50).

Atualmente o território dos Souza possui 2.538,48 m², menos da metade dos 6.680 m² adquiridos no início do século XX. O local, também conhecido como Vila Teixeira Soares, possui 14 moradias, de arquitetura bastante modesta, nas quais residem 33 moradores. A redução do território e mesmo o risco de perda da sua posse por parte da comunidade é mais uma das páginas das longas disputas fundiárias urbanas brasileiras, como será demonstrado.

A região de Santa Tereza sofreu um grande processo de urbanização com abertura de novas ruas, instalação e melhoria de diversos serviços de infraestrutura na década de 1960 que trouxeram um aumento do valor venal dos imóveis. Os membros do quilombo afirmam que esta valorização fomentou as disputas judiciais pelo território do quilombo. A partir deste período, foram impetradas inúmeras ações judiciais de indivíduos ou grupos, que alegam serem os proprietários do território do quilombo. Os Souza, por sua vez, possuem diversos documentos que atestam serem os legítimos proprietários da área como, por exemplo, um registro em cartório de contrato de compra e venda datado de 1923. Na luta pela permanência no território receberam o apoio de diversos grupos organizados da sociedade civil belo-horizontina. Cabe registrar que para os quilombolas o território não é percebido em seu valor comercial. Gláucia Vieira, uma quilombola, afirma que

Para nós o interesse não é financeiro. O interesse da gente no lugar é uma questão de memória. Se tirar isso da gente é como se a gente perdesse a nossa identidade. Aqui o valor do nosso quilombo não tem preço. A gente não quer ficar aqui porque é um ponto central. Não, é porque aqui viveram nossos ancestrais, porque aqui tem uma história, uma memória. (VIEIRA, entrevista, 15/09/2020).

Os quilombolas reconhecem que o movimento em defesa do território intensificou a consciência e o orgulho identitário do grupo. Consciência esta que parecei enfraquecida mesmo diante de uma história centenária, com a manutenção e o cultivo de tradições e formas particulares de vivências. Como defende Stuart Hall (2006) o processo de mudança promovido pela globalização impacta a identidade cultural de povos à medida em que o processo de homogeneização, por meio de “cultura global” que tende a se impor, se intensifica em detrimento das manifestações locais. Essa cultura global e seus potentes

meios de transmissão chegam a produzir contextos que induzem sujeitos, grupos e comunidades a perder o orgulho identitário. Ao mesmo tempo, assiste-se também a um processo reativo no qual movimentos de valorização das manifestações culturais locais também se intensificam.

Possuindo os mais variados graus de parentesco entre si - pais, filhos, irmãos, tios, primos ou agregados – todos os quilombolas são unidos pelo laço familiar. Diferentemente dos modelos de família nuclear típico das sociedades ocidentais do período pós-revolução industrial, os 34 membros formam uma única família extensa marcada por laços de Identidade referenciados na ancestralidade do grupo e o sentimento de pertencimento construído e reforçado pelas práticas culturais tradicionalmente desenvolvidas e vivenciadas no território. O termo família é um conceito polissêmico.

É preciso reconhecer, em primeiro lugar, que existem múltiplos modelos de família. Os estudiosos costumam discutir se a família é um fenômeno natural/biológico ou uma instituição cultural e social. Mas as ciências sociais preferem assumir a postura que compreende a família como um fenômeno que ultrapassa a esfera biológica e ganha significados culturais, sociais e históricos. Além disso, qualquer definição de família deve se precaver para não tomar o modelo de família vigente na sua própria sociedade como o “normal” e considerar os outros tipos “patológicos” ou de menor importância. (SILVA; SILVA, 2009, p. 136)

Além disso, os autores afirmam que uma mesma família pode ter configurações diferentes ao longo do tempo devido à morte de alguns membros, divórcio, novas uniões matrimoniais, migrações, dentre outros. A família Souza é exemplar nesse sentido. Desde a década de 1920 com a morte do Sr. Petronillo, os Souzas experienciaram uma série de mudanças que levaram à reconfiguração da estrutura familiar que se caracterizou, a partir de então, pela liderança e autoridade feminina.

A liderança das matriarcas foi muito importante na constituição, organização e sobrevivência do grupo. Referências a estas mulheres estão presentes de forma intensa na memória dos quilombolas que expressam recorrentemente o respeito e a gratidão a cada uma. Além disso, estas mulheres são reconhecidas como fontes dos fundamentos e da constituição dos valores importantes para o grupo. Dona Elisa da Conceição, no começo dos anos de 1920, inaugurou essa liderança feminina e seu matriarcado foi herdado após duas décadas por sua filha Maria de Souza. Esta foi sucedida por Dona Lídia, neta de dona Elisa, no final da década de 1960.

Com o passar dos anos, o crescimento da família, a redução da área ocupada e o desenvolvimento econômico de Belo Horizonte muitos membros do quilombo passaram a trabalhar fora do território. O plantio, sobretudo de verduras e legumes, antes voltado para subsistência e comercialização, hoje supre apenas parte da demanda interna da família. A granja que outrora forneceu ovos e carne de frango para muitos moradores dos arredores e de outros cantos da cidade, já não existe mais. De qualquer modo, a relação com a terra e o plantio continuam sendo traços marcantes do grupo.

O cultivo de hortaliças e frutas continua sendo um traço marcante do cotidiano dos Souzas. No próprio território são cultivadas as plantas que fornecem folhas e frutos utilizados nos rituais religiosos de matriz africana praticado por alguns de seus membros e na confecção de doces, bolos e chás servidos nos encontros coletivos de confraternizações internas do grupo, aos visitantes ou nas festividades promovidas pelos quilombolas.

As confraternizações internas do grupo são muito comuns. Grandes encontros aos domingos reúnem toda a família. Não são incomuns também encontros nos finais de tarde ou noites da semana no quais muitos quilombolas estão presentes. Os Souzas também promovem viagens com todos os membros do grupo. No carnaval, depois que os Blocos Caricatos e as Escolas de Samba deixaram de desfilar na avenida Afonso Pena (principal via do centro da cidade) tornou-se uma tradição alugarem um ônibus que leva toda a família para uma região praiana, onde se hospedam em um imóvel alugado, garantindo a proximidade e a convivência mais íntima entre os membros.

Os quilombolas também protagonizam eventos e celebrações que envolvem, além dos membros da família, moradores do entorno. A data de celebração dedicada aos Santos Cosme e Damião (27 de setembro) é exemplar neste caso. Os santos costumam ser festejados e homenageados por muitos adeptos de religiões de matriz africana que, por meio do sincretismo religioso, identificam os santos católicos com o orixá Ibeji que no candomblé representa a criança com sua inocência e pureza. Durante as homenagens são promovidas distribuições de balas, doces, guloseimas e brincadeiras para crianças.

Outro evento marcante são as festas juninas que inicialmente eram realizadas no próprio quilombo. Paulatinamente o evento passou a receber muitas pessoas residentes em Santa Tereza e de outros cantos da cidade. O aumento expressivo do público impôs a transferência do evento para a rua a partir de 2013. Desde então a Festa conta com a

participação de milhares de pessoas advindas de várias partes da capital e cidades vizinhas.

Além dos praticantes de religiões de matrizes africana, o grupo possui evangélicos, católicos, espíritas e ateus. Ao que tudo indica, a diversidade não gera tensões ou conflitos mais intensos. Os laços identitários e familiares parecem ser mais fortes e impulsionar a união da família, a manutenção das tradições e a solidez do grupo.

Enfim, a longa e rica história dos membros deste quilombo desde a constituição da família no início do século XX, a aquisição do terreno na região do atual bairro de Santa Tereza, passando pelas disputas intermitentes pela propriedade e posse do território, a reorganização interna diante da redução drástica da área original, a organização familiar distinta do modelo nuclear predominante na cultura ocidental e brasileira, a admiração e o respeito pela autoridade feminina expressos no matriarcado, a convivência respeitosa diante da diversidade religiosa, o respeito à ancestralidade e o orgulho da própria história, dentre tantas outras questões não tratadas neste texto, representam uma página importante da resistência, organização e diversidade da história dos afro-brasileiros em Belo Horizonte e, portanto, parte fundamental da história da cidade. Por esta razão, o Quilombo Souza recebeu o título de Patrimônio Cultural do Município em novembro de 2020.

Referências

- DA SILVA, Vera Regina Rodrigues. A gênese do debate e do conceito de quilombo. Cadernos CERU, v. 19, n. 1, p. 203-222, 2008.
- DALOSTO, Cássius Dunck; DALOSTO, João Augusto Dunck. POLÍTICAS PÚBLICAS E OS QUILOMBOS NO BRASIL: da Colônia ao Governo Michel Temer. Revista de Políticas Públicas, v. 22, n. 1, p. 545-564, 2018. p. 554.
- Dossiê para proteção do Conjunto Urbano do Bairro Santa Tereza. Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo Público de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2015.
- FIABANI, Adelmir. Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). Editora Expressão Popular, 2005.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPHAN, 2005.
- GALLOIS, Dominique Tilkin (Org.). Patrimônio cultural imaterial e povos indígenas. Exemplos no Amapá e norte do Pará. Macapá: Iepe. 2006.
- LOURENÇO, Tiago Campos Pessoa. Império dos Sousa Breve nos oitocentos: Política e escravidão na trajetória dos comendadores José e Joaquim Breves. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2010. Dissertação de Mestrado.
- MOURA, Clovis. Formas de resistência do negro escravizado e do afrodescendente. O Negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição, p. 9-32, 2004.

- PEREIRA, Josemeire Alves. O tombamento do “Casarão da Barragem” e as representações da favela em Belo Horizonte. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- PRADO, Danda. O que é família. São Paulo: Brasiliense, 1981. Samara, Eni Mesquita. A família brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- QUILOMBO SOUZA: Patrimônio Cultural do Município De Belo Horizonte. Dossiê. Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo Público de Belo Horizonte. Prefeitura de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2020.
- SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique Silva. São Paulo: Contexto, 2009.
- YABETA, Daniela; GOMES, Flávio. Memória, cidadania e direitos de comunidades remanescentes (em torno de um documento da história dos quilombolas da Marambaia). *AfroÁsia*, n. 47, p. 79-117, 2013